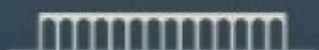


Como Empreender nos Países Baixos

Orientação para Empreendedores



MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
EMBAIXADA DO BRASIL NA HAIA

Este guia é destinado prioritariamente ao micro e pequeno empreendedor brasileiro que reside nos Países Baixos e foi elaborado com o objetivo de apresentar uma visão geral sobre como empreender nos Países Baixos. Todas as informações foram obtidas de fontes públicas, do governo neerlandês, ou a partir da experiência de brasileiros que vivem e trabalham nos Países Baixos. Foram feitos todos os esforços para garantir a precisão das informações. O guia deve ser tomado, entretanto, como uma orientação geral, e não deve ser a única fonte de informação para a tomada de decisões pessoais ou empresariais, nem deve ser considerado substituto de consulta a profissionais especializados.

ÍNDICE

1.	Providências exigidas ou recomendadas para abertura e gestão de negócios nos Países Baixos	05
	- Migratórias	
	- Estrangeiros que trabalham por conta própria	
	- Imigrantes altamente qualificados	
	- Investidor estrangeiro	
	- Documentais	
	- Questões fiscais	
	- Referentes a Saúde, Previdência Social e Planos de seguro e saúde	
	- De outra natureza – Carteira de habilitação	
2.	Legislação local de referência e sua fiscalização pelos órgãos locais	18
	- Legislação	
	- Inspeções por organizações governamentais	
3.	Capacitação	20
	- Cursos e Oficinas	
	- Formalidades exigidas para atividades de capacitação	
	- Estudos de Mercado	
4.	Assistência jurídica, contábil e fiscal	21
5.	Regulamentação aplicável a mercadorias	23
	- Admissão de produtos da União Européia para os Países Baixos	
	- Certificados e marcas de qualidade	
	- Classificação, rotulagem e embalagem de substâncias e misturas químicas	
	- Lei de commodities	
	- Direitos autorais	
	- Rotulagem e marcação	
	- Contribuição para gestão de resíduos de embalagens	
	- Padrões e normatização	
6.	Patentes e propriedade intelectual	28
	- Registro de marcas, design ou idéia	
	- Patentes, lei de semicondutores e registro dos advogados de patentes	
7.	Órgãos e entidades de fomento e apoio ao empreendedorismo	30
	- Órgãos governamentais	
	- Órgãos não-governamentais	
	- SECOM	
8.	Financiamentos	32
	- Fontes de financiamentos e empréstimos, incluindo instituições bancárias e entidades de economia social e solidária – procedimentos e requisitos	
	- Programas locais de incentivos fiscais a empresas de pequeno e médio porte	
	- Plano de negócios para potenciais investidores	
	- Bancos e empresas de venture capital	

9.	Joint ventures e aquisições	38
	- Formando uma joint venture holandesa	
	- Requisitos para as joint ventures nos Países Baixos	
10.	Costumes e diferenças locais, cultura de negócios e idioma	39
11.	Socialização & networking	41
12.	Dados úteis sobre a conjuntura econômica e tecnológica	43
	- Principais vantagens	
	- Principais indústrias	
13.	Outros temas correlatos	45
	- Sistema educacional holandês	
	- Reconhecimento de diplomas	
	- Avaliações de formação acadêmica estrangeira	
	- Comparação holandesa de diplomas	
14.	Endereços úteis	49

1. Providências exigidas ou recomendadas para abertura e gestão de negócios nos Países Baixos

1.1. MIGRATÓRIAS

Para residir e trabalhar nos Países Baixos é necessário obter o visto apropriado. O brasileiro que pretenda permanecer nos Países Baixos por mais de três meses precisa, inicialmente, obter uma Autorização de Residência Provisória ("Machtiging Voorlopig Verblijf" – MVV) no Brasil antes de viajar.

O "Toegangs- en Verblijfsprocedure" (Procedimento para Entrada e Residência – TEV) integra o pedido da MVV com o pedido de autorização de residência permanente. O TEV pode ser iniciado pelo interessado em Missão Diplomática ou Repartição Consular neerlandesa, ou pelo seu patrocinador ("sponsor"). O patrocinador pode ser uma pessoa ou uma entidade, que será responsável pelo interessado. Antes da emissão do TEV, o estrangeiro não pode residir nos Países Baixos.

Brasileiros que também sejam nacionais da Austrália, Canadá, Coreia do Sul, Japão, Mônaco, Nova Zelândia, EUA, ou do Vaticano não precisam da MVV, mas convém pedi-la, porque pode acelerar a obtenção da permanência permanente. Brasileiros que também tenham nacionalidade de países da União Europeia, ou da Suíça, podem residir nos Países Baixos, desde que possuam passaporte da sua segunda nacionalidade válido e registrem-se na prefeitura da cidade de sua residência.

Para obter a autorização de residência, é preciso cumprir certas exigências e apresentar alguns documentos:

- passaporte válido;
- ter ficha corrida limpa;
- não representar risco à ordem pública, ou à segurança nacional;
- ter um responsável que possa garantir sua permanência;
- submeter-se a exame médico;
- possuir seguro de saúde com cobertura nos Países Baixos;
- cumprir as exigências necessárias para a razão específica da sua permanência.

O Serviço de Imigração e Naturalização ("Immigratie en Naturalisatie Dienst" – IND) conduzirá as investigações necessárias e deverá pronunciar-se no prazo de até seis meses. Se o pedido for rejeitado, o pleiteante poderá apresentar objeção escrita, apelar para o Tribunal Distrital, ou, ainda, apelar para a Divisão de Direito Administrativo do Conselho de Estado ("Afdeling bestuursrechtspraak van de Raad van State").

O pedido de extensão da permissão de residência deve ser feito antes que vença o prazo da permissão. A eventual extensão e seu novo prazo vão depender da situação do indivíduo. A autorização de residência pode ser modificada em uma das seguintes hipóteses:

- mudança do propósito da permanência;
- mudança do estado pessoal (casamento, por exemplo);
- mudança da situação do patrocinador.

Os empregadores de imigrantes trabalhadores precisam ter uma autorização, a "Tewerkstellingsvergunning" (TWV). O pedido da TWV e da autorização de residência para imigrantes trabalhadores são combinados em um único pedido de autorização de residência e trabalho, o "Gecombineerde vergunning voor verblijf en arbeid" (GVVA).

Estrangeiros que trabalham por conta própria

Pessoas nesta situação devem preencher as seguintes exigências:

- a empresa deve estar de acordo com os interesses econômicos neerlandeses;
- apresentar o projeto detalhado do negócio;
- deve estar qualificado a conduzir o negócio e possuir autorização de permanência que o permita trabalhar;
- o negócio deve ser capaz de sustentar financeiramente o estrangeiro pelo período mínimo de doze meses;
- não pode ter mais de 60 anos de idade;
- deve demonstrar que seu negócio funciona; e
- deve se registrar na Câmara de Comércio dos Países Baixos (Kamer van Koophandel - KvK).

Um contador deverá aprovar os comprovantes financeiros nos casos de "Naamloze Vennootschap" ("Public Limited Company" - NV) ou "Besloten Vennootschap" ("Private Company with Limited Liability" – BV). O projeto deve especificar:

- o produto, ou serviço;
- o público-alvo;
- a competição do mercado;
- os pontos fortes e fracos da competição;
- as características específicas do produto ou do serviço a ser oferecido;
- o modo como o estrangeiro pretende se acercar do mercado (apresentação, relações públicas, publicidade, etc.);
- projeto gerencial (quantos empregados serão necessários e como serão contratados); e
- projeto financeiro, que inclui capital para investimento, esquema financeiro, plano de amortização, capital de giro e liquidação do negócio.

Imigrantes altamente qualificados

A fim de obter autorização de residência para um imigrante altamente qualificado, o empregador deverá estar registrado na Câmara de Comércio e garantir ao IND que o imigrante preenche determinadas exigências. Para ser considerado altamente qualificado, o estrangeiro deve imigrar por motivo de emprego e receber salário bruto anual mínimo tributável (70% do salário integral) de €52.857,00. Para jovens com menos de 30 anos de idade, o salário bruto anual mínimo será de €40.178,00, desde que tenha obtido diploma de mestrado em universidade estrangeira. Os valores indicados acima correspondem a 2017, e são atualizados anualmente. O empregador deverá comprovar sua capacidade de pagar os salários mencionados.

O imigrante altamente qualificado não precisa solicitar autorização de trabalho à UWV. A permissão de residência para o imigrante altamente qualificado terá a duração do tempo definido no seu contrato de trabalho. Se o contrato for por tempo indefinido, receberá autorização de residência de cinco anos.

Investidor estrangeiro

O estrangeiro que queira investir nos Países Baixos tem direito à Autorização de Residência Provisória (MVV). Para tanto, o montante mínimo a ser investido diretamente em uma empresa nos Países Baixos é de €1.250.000,00 (um milhão, duzentos e cinquenta mil euros). A simples compra de ações não dá direito ao visto de investidor. O Ministério dos Assuntos Econômicos verificará se o investimento beneficiará a economia nacional, enquanto que o Serviço de Imigração e Naturalização (IND) verificará a origem dos recursos. Adicionalmente, uma firma de contabilidade neerlandesa deverá atestar a

identidade do estrangeiro, a origem e o montante do capital. Também é necessária carta de intenções, ou contrato de investimento entre o investidor estrangeiro e a empresa que receberá o investimento, onde se declara o propósito da operação.

1.2. DOCUMENTAIS

Para iniciar um negócio nos Países Baixos, é preciso se registrar na:

- Câmara de Comércio (Kamer van Koophandel - KvK), que desempenha papel similar ao das Juntas Comerciais no Brasil

Mais informações podem ser obtidas no “website” <https://www.kvk.nl/service-en-contact/>

- Administração Fiscal e Aduaneira (Belastingdienst), que desempenha papel similar ao da Receita Federal no Brasil

Mais informações podem ser obtidas em:

http://www.belastingdienst.nl/wps/wcm/connect/bldcontenten/standaard_functies/individuals/contact/

Além disso, há exigências de registro para serviços e profissões específicas, como advogados, contadores e arquitetos, que devem se registrar junto às suas respectivas organizações profissionais.

1.2.1. Natureza jurídica da empresa

A opção pela natureza jurídica da empresa determinará o grau de responsabilidade dos sócios ou empresário individual na estrutura societária, obrigações fiscais e responsabilidades no caso de falência e do eventual pagamento de dívidas.

a) As diferentes naturezas jurídicas são:

- “Sole trader”/Empresário individual
- “Limited partnership”/ Sociedade limitada (CV)
- “Partnership under common firm”/ Parceria sob empresa comum (VOF)
- “Partnership” Parceria
- “Private limited company”/ Sociedade de responsabilidade limitada (BV)
- “Public limited company”/ Sociedade anônima/ (NV)
- “Foundation” / Fundação
- “Association” / Associação

Para que uma dessas formas goze de personalidade jurídica, exige-se os serviços de um notário público (cartório). Mais informações podem ser obtidas no folheto “Iniciando seu próprio negócio” no “website” <https://www.kvk.nl/english/starting-a-business/>

b) Tipo de estrutura corporativa

Com um teste no “website” <https://www.mijnbedrijfsvorm.nl> é possível avaliar qual estrutura corporativa se adapta melhor ao modelo de negócio de cada empresário. Este “website” é de responsabilidade da Associação Notarial Real (Koninklijke Notariële Beroepsorganisatie).

c) Formas jurídicas europeias

As formas jurídicas europeias oferecem a opção de trabalhar em conjunto com empresas de outros Estados-Membros da União Europeia. Existem três formas jurídicas europeias:

- “European Economic Interest Grouping” (EEIG) / Agrupamento de Interesse Econômico
- “Societas Europaea” (SE, European public limited liability company)/ Sociedade Anônima Europeia
- “European cooperative company” (ECC)/ Sociedade Cooperativa Europeia

d) Mudanças na forma legal

As mudanças na forma jurídica das empresas terão consequências fiscais e administrativas. As alterações devem ser comunicadas à Administração Fiscal e Aduaneira (Belastingdienst) e à Câmara de Comércio (Kamer van Koophandel - KvK).

Mais informações podem ser obtidas em:

<http://www.answersforbusiness.nl/regulation/legal-form>

1.2.2. Nome da empresa (nome comercial)

Para criar uma empresa nos Países Baixos, é necessário escolher um nome comercial (razão social da empresa). Esse nome deve cumprir as condições da Lei de Nome Comercial (Handelsnaamwet), que exige a escolha de um nome único no setor e região em que vai operar.

O interessado deve apresentar o nome comercial no momento do registro na Câmara de Comércio (Kamer van Koophandel - KvK), que o repassará à Administração Fiscal e Aduaneira (Belastingdienst). Se o empresário desejar usar o nome comercial como uma marca registrada, deve registrar o nome comercial no Instituto BENELUX para Propriedade Intelectual (Benelux Office for Intellectual Property - BOIP).

a) Nomes semelhantes

Se o nome comercial é considerado enganoso ou confuso, como por exemplo semelhante ao de outra empresa, é possível iniciar um processo em um tribunal distrital para sua mudança. Não é possível fazer um pedido para uma investigação sobre um nome comercial nacional através da Câmara de Comércio (Kamer van Koophandel - KvK).

b) Mudança de nome

Para alterar o nome da empresa ou adicionar um nome comercial, deve-se enviar esta informação para a Câmara de Comércio (Kamer van Koophandel - KvK). É possível usar o formulário de alteração para a apresentação de alterações em seus detalhes. Tal como acontece com o registro, na maioria dos casos a Câmara de Comércio (Kamer van Koophandel - KvK) repassa a informação sobre a mudança de nome à Administração Fiscal e Aduaneira (Belastingdienst).

Mais informações podem ser obtidas em:

<https://www.boip.int/>

<http://www.answersforbusiness.nl/regulation/company-name>

1.2.3. Registro de empresas e administração tributária

A partir do momento em que o empreendedor presta serviços ou comercializa produtos, considera-se estar em funcionamento a empresa, que deve ser registrada no Registro Empresarial Holandês (Dutch Business Register) da Câmara de Comércio (Kamer van Koophandel - KVK).

a) Registro na Administração Fiscal e Aduaneira Neerlandesa

O registro na Administração Fiscal e Aduaneira Neerlandesa (Business Register and Tax Administration) ocorre automaticamente quando a empresa é registrada no Registro Empresarial Neerlandês (Dutch Business Register of the Dutch Chamber of Commerce). Mesmo se o interessado representar uma empresa estrangeira que não está registrada no Registro Empresarial Neerlandês (ou seja, sem estabelecimento estável nos Países Baixos), caso realize atividades nos Países Baixos que envolvam o recolhimento de imposto sobre valor agregado (VAT), deverá se registrar na Administração Fiscal e Aduaneira (Belastingdienst).

Mais informações podem ser obtidas em:

<http://www.answersforbusiness.nl/regulation/business-register-and-tax-administration>

1.2.4. Imposto sobre os salários e registro como empregador

Antes de empregar pessoal, é necessário registrar-se como empregador na Administração Fiscal e Aduaneira (Belastingdienst). A empresa vai então receber um “número identificador” e uma série de formulários a serem preenchidos. O empresário utilizará este “número identificador” nas declarações do imposto da folha de pagamento e para atendimento pela Administração Fiscal e Aduaneira (Belastingdienst).

As empresas estrangeiras que atuam nos Países Baixos devem estar registradas como empregador e deduzir imposto em folha de pagamento dos salários dos empregados se:

- A empresa tem escritório nos Países Baixos
- Possuir um estabelecimento estável nos Países Baixos
- Contratar pessoal para trabalhar nos Países Baixos
- O empregado trabalhar na plataforma continental dos Países Baixos¹
- O empregado se enquadra no regime de seguridade social²

(1) Se a empresa realiza trabalhos durante pelo menos 30 dias consecutivos no segmento neerlandês da plataforma continental (por exemplo, em uma plataforma de perfuração ou a bordo de um navio de suprimento).

(2) Os regulamentos ou convenções de seguridade social determinam se o empregado é coberto pelos regimes de seguridade social dos Países Baixos. Se for esse o caso, é exigido o pagamento das contribuições.

Em alguns casos, é obrigatório deduzir o imposto sobre a folha de pagamento mesmo se a empresa tem sede em outro país.

Os impostos sobre os salários consistem em:

- Imposto retido na fonte
- Contribuições para a seguridade social
- Contribuição para o seguro de saúde

Há diferentes prêmios a serem pagos, por exemplo para desemprego, invalidez e auxílio doença. Após o registro na Administração Fiscal e Aduaneira (Belastingdienst) como um empregador “start-up”, será determinado a qual setor a empresa pertence e conseqüentemente o valor a ser pago. Caso exista alguma discordância em relação ao setor escolhido, será possível questionar a decisão.

Registros das folhas de pagamento

É obrigatório manter a documentação dos funcionários, tal como o contrato de trabalho, nos registros de pessoal. Parte desses dados serão utilizados para os registros da folha de pagamento. O empregador é responsável por determinar os elementos do salário do empregado, calcular as contribuições e impostos, arquivar restituição de imposto e pagar o que deve na data de vencimento.

O manual “Payroll Taxes Handbook”, emitido pela Administração Fiscal e Aduaneira (Belastingdienst) fornece informações detalhadas para cálculo e sobre as regras aplicáveis.

Verificar a identidade do seu empregado

O empregado deve fornecer uma declaração assinada, que inclui dados como nome, endereço, data de nascimento e número de atendimento ao cidadão (burgerservicenummer, BSN) ou o número de identificação fiscal e de seguro social (sofinummer).

Se não for possível realizar a verificação da identidade do funcionário, será necessário encaminhar um pedido chamado de — índice anônimo (anoniementarief). No caso de estrangeiro, também é preciso verificar se o trabalhador está autorizado a trabalhar nos Países Baixos. É importante ter todas as informações necessárias antes da contratação de um novo funcionário.

Imposto sobre os salários de pessoal temporário ou trabalho subcontratado

Ao contratar pessoal temporário ou subcontratar através de um intermediário, o intermediário deve pagar os impostos sobre os salários para estes funcionários. Caso o intermediário não realize o pagamento dos impostos, o empregador poderá ser responsabilizado perante a Administração Fiscal e Aduaneira (Belastingdienst).

Mais informações podem ser obtidas em:

<http://www.answersforbusiness.nl/regulation/payroll-tax>

1.2.5. Qualificações e diplomas profissionais

O empresário não precisa de um diploma separado a fim de estabelecer um negócio nos Países Baixos. No entanto, para certas profissões o empresário só estará autorizado a exercer, se atender a requisitos específicos. Há profissões regulamentadas e profissões que estão sujeitas a certos requisitos de competência profissional.

a) Profissões regulamentadas nos Países Baixos

A profissão regulamentada é aquela em que o acesso ou exercício é restrito àqueles que atendem as qualificações profissionais exigidas por lei.

No Banco de Dados da União Europeia o interessado pode encontrar a lista das profissões regulamentadas nos Países Baixos, e referência às organizações a elas relacionadas. O banco de dados também contém informações das profissões e dados estatísticos das atividades transfronteiriças sobre as profissões regulamentadas, com um mapa interativo.

Mais informações podem ser obtidas em:

<http://ec.europa.eu/growth/tools-databases/regprof/index.cfm>

b) Carteira profissional europeia

Enfermeiros, farmacêuticos, fisioterapeutas e agentes imobiliários já registrados em outro país europeu podem solicitar uma carteira profissional europeia (EPC) à Comissão Europeia. Este cartão, que é um certificado eletrônico, funciona por meio do Sistema de Informação do Mercado Interno (IMI), simplificando o procedimento para obter nos Países Baixos o reconhecimento de qualificações profissionais reconhecidas em outro país da União Europeia.

c) Profissões sujeitas a requisitos de competência profissional

Além das profissões regulamentadas, há profissões que estão sujeitas a requisitos de competência profissional. Algumas dessas profissões são:

- Profissionais de assistência à infância
- Profissionais que trabalhem com “catering”
- Guardas de segurança no setor da hotelaria e restaurantes
- Seguranças particulares e investigadores privados
- Motoristas de ônibus e caminhões
- Tripulação de navios
- Arquitetos e urbanistas
- Prestadores de serviços financeiros
- Oficiais de justiça
- Profissionais do setor da saúde
- Optometristas
- Instrutores de condução

Mais informações podem ser obtidas em:

<http://www.answersforbusiness.nl/regulation/professional-qualifications>

1.2.6. Plano de zoneamento

Nos Países Baixos, a escolha de local para o estabelecimento de um negócio deve estar em consonância com o Plano de Zoneamento Municipal (bestemmingsplan). Um plano de zoneamento inclui regras detalhadas sobre como pode ser usado um determinado lote de terreno ou área.

Em um planejamento estrutural, as autoridades municipais e provinciais descrevem possíveis desenvolvimentos do planejamento espacial.

Mais informações podem ser obtidas em:

<http://www.answersforbusiness.nl/regulation/zoning-plan>

<http://www.ruimtelijkeplannen.nl/web-roo/roo/>

1.2.7. Regulamentações ambientais

As empresas nos Países Baixos têm de lidar com as regulamentações ambientais em várias questões, como o ruído, energia, resíduos, ar e qualidade do solo. O Decreto de Atividades (Activiteitenbesluit) determina quais notificações e autorizações são necessárias.

Mais informações podem ser obtidas em:

<http://www.answersforbusiness.nl/regulation/environmental-regulations-businesses>

1.2.8. Licença “Scope All-in-one” para aspectos físicos

A licença incorpora uma série de autorizações específicas, tais como:

- Licença de construção
- Instalação de um sistema de alarme
- Dispensa ou alteração de um plano de zoneamento
- Construção, reconstrução ou renovação
- Flora e fauna
- Permissão sobre segurança contra incêndios
- Construção de uma entrada ou saída
- Derrubada de árvores
- Licença ambiental
- Renovação ou demolição de monumentos protegidos
- Conservação da natureza
- Colocação temporária de um objeto em uma via pública
- Publicidade em seu prédio
- Demolição ou remoção do amianto

Mais informações podem ser obtidas em:

<http://www.answersforbusiness.nl/regulation/scope-permit-physical-aspects>

1.2.9. Registros das operações comerciais

Nos Países Baixos é obrigatório manter registros das operações comerciais e retê-las durante pelo menos sete anos. Já em relação a operações com bens imóveis, é necessário guardar os registros durante pelo menos dez anos. A obrigação também se aplica quando a empresa cessa as operações dentro do período especificado.

a) Quais registros devem ser mantidos?

Os registros formam a base para as declarações fiscais. Alguns documentos são obrigatórios, tais como:

- Livros contábeis
- Recibos
- Extratos bancários
- Contratos
- Correspondências de negócios
- Faturas (pagas e emitidas)

É permitido digitalizar estes registros e usar a versão digital como prova das atividades comerciais.

Mais informações podem ser obtidas em:

<http://www.answersforbusiness.nl/regulation/business-records>

1.3. QUESTÕES FISCAIS

Os proprietários de empresas nos Países Baixos devem pagar uma série de impostos, inclusive sobre a renda, volume de negócios e lucro, impostos municipais e impostos ambientais. As empresas que realizam a importação de bens e/ou serviços, também poderão ter que pagar impostos de importação.

1.3.1. Impostos sobre a renda, volume de negócios e lucro

Todo empresário nos Países Baixos deve apresentar anualmente as declarações de imposto de renda, tanto para pessoa jurídica, quanto para pessoa física. Para o imposto sobre o faturamento, deve apresentar uma declaração de imposto, que poderá ser anual, mensal ou trimestral. Mesmo se a empresa não tem sede nos Países Baixos, mas comercializa produtos e/ou serviços neste país, deverá pagar o imposto sobre o faturamento.

a) Imposto de Renda Pessoa Jurídica (VPB)

Uma sociedade anônima privada ou pública (BV ou NV), deve declarar imposto sobre o rendimento das sociedades (VPB). As fundações ou associações devem preencher as declarações de imposto sobre sociedades apenas em circunstâncias específicas. Dependendo do nível de lucro, poderá haver isenção.

Mais informações podem ser obtidas em:

<http://www.answersforbusiness.nl/regulation/corporate-income-tax>

b) Lucro

Se uma sociedade anônima privada ou pública (BV ou NV) é rentável, pode distribuir parte destes lucros aos seus acionistas. Cabe imposto sobre os dividendos distribuídos a ser pago à Administração Fiscal e Aduaneira (Belastingdienst).

Mais informações podem ser obtidas em:

<http://www.answersforbusiness.nl/regulation/dividend-tax>

Sobre os demais impostos, ver:

<http://www.answersforbusiness.nl/taxes/income-turnover-profit>

1.3.2. Impostos Municipais e do Conselho Regional de Águas

Tanto o município, quanto o Conselho Regional de Águas impõem impostos sobre as empresas. Há também o imposto de fachada, se for utilizado o espaço público. Para o serviço de coleta de resíduos do município, será pago uma taxa de coleta de lixo.

Mais informações podem ser obtidas em:

<http://www.answersforbusiness.nl/taxes/municipality-water-board>

1.3.3. Impostos Ambientais

Os proprietários de empresas nos Países Baixos pagam impostos ambientais. Se o seu negócio extrai águas subterrâneas, a empresa deve pagar imposto sobre as águas subterrâneas e também imposto sobre a água e eletricidade utilizada.

Mais informações podem ser obtidas em:

<http://www.answersforbusiness.nl/taxes/environment>

1.3.4. Impostos sobre negócios internacionais

Pagará imposto sobre o consumo se fabricar ou importar determinados bens de consumo. Se as operações da empresa são internacionais, terá que pagar impostos de importação e VAT.

Mais informações podem ser obtidas em:

<http://www.answersforbusiness.nl/taxes/international-business>

1.3.5. Imposto dos seguros e transferência de propriedade

Abaixo, encontram-se informações a respeito dos impostos sobre os prêmios de seguro e imposto de transferência de propriedade. Ambos os impostos são prescritos na Lei de Transações Jurídicas (Wet op belastingen van rechtsverkeer).

O imposto dos seguros é pago sobre os prêmios de seguro, caso a apólice do seguro seja retirada. Já o imposto de transferência de propriedade é pago na compra de imóvel.

a) Imposto sobre os prêmios de seguro

Se a companhia de seguros ou intermediário cobrar custos adicionais por serviços prestados relacionados com o seguro, esses custos também são tributados. Geralmente, é a companhia de seguros que transfere o pagamento de qualquer imposto devido à Administração Fiscal e Aduaneira (Belastingdienst).

Há uma série de isenções para o imposto sobre os prêmios de seguro, incluindo:

- Seguro de vida
- Acidente, invalidez e seguro de incapacidade para o trabalho
- Seguro de saúde e despesas médicas
- Seguro desemprego
- Seguro de transporte

b) Imposto sobre a transferência de propriedades

Nos Países Baixos, paga-se imposto de transferência de propriedade (overdrachtsbelasting) ao tornar-se proprietário de um imóvel.

Bens imóveis, tais como instalações comerciais, terreno ou um edifício residencial
Direitos imobiliários, tais como direitos de construção ou arrendamento

Ao tornar-se proprietário de ações de uma sociedade anônima (NV), sociedade de responsabilidade limitada (BV) ou de parceria, cujos bens consistem principalmente de bens imóveis, o empresário também tem que pagar imposto de transferência de propriedade.

Mais informações podem ser obtidas em:

<http://www.answersforbusiness.nl/taxes/insurance-premium-property-transfer>

1.4. REFERENTES A SAÚDE, PREVIDÊNCIA SOCIAL E PLANOS DE SEGURO E SAÚDE

Os componentes da seguridade social nos Países Baixos são:

a) Pensão AOW (Algemene Ouderdomswet)

Toda empresa e todo trabalhador autônomo deve estar registrado na Câmara de Comércio (Kamer van Koophandel – KVK). Empresas e autônomos acrescentam ao valor do bem vendido ou ao serviço prestado, o Imposto sobre Valor Agregado de 21%, que deverá ser recolhido ao Belastingdienst (equivalente à Receita Federal no Brasil).

Os empregados devem possuir o Número de Serviço do Cidadão (Burgerservicenummer – BSN), registro equivalente ao CPF brasileiro. As empresas pagam aos seus empregados o salário líquido, ao qual se acrescentam o imposto de renda e a contribuição social obrigatória, cujos recolhimentos competem ao empregador. A contribuição social obrigatória cobre seguro saúde, seguro por invalidez e seguro desemprego.

O imposto de renda cobre a previdência pública, distinta da contribuição social obrigatória. Como a última não garante que o valor mínimo da aposentadoria seja igual ou superior ao salário mínimo, cerca de 95% das empresas também contribuem para a previdência complementar. Tal contribuição normalmente só é obrigatória para o empregador quando existe acordo sindical nesse sentido. Adicionalmente, alguns empregados contribuem para a previdência privada, por decisão pessoal, sem ônus para o empregador.

b) Previdência complementar

A previdência complementar é um plano coletivo de previdência, voltado para os funcionários das empresas. Profissionais de saúde e portuários podem manter uma pensão complementar a partir de um fundo de pensão profissional. Existe também a opção por um fundo de pensão geral (APF).

c) Pensão própria

É possível complementar a previdência, através de um seguro privado ou investimento. Uma opção é o "Retirement Annuity Contract" (lijfrenteverzekering), investimento ou conta de poupança para receber pagamentos periódicos durante o período de aposentadoria.

d) Benefícios da pensão para profissionais independentes

Os profissionais independentes têm direito ao AOW - Algemene Ouderdomswet. Devem também considerar a possibilidade de ter uma pensão complementar. O trabalhador é obrigado a participar de um fundo de pensão, caso faça parte de um setor da economia que tenha participação obrigatória.

Além das apólices de seguro de vida e das contas especiais de poupança bancária, também é possível aderir a um dos fundos de pensão voluntários para profissionais independentes. Se o trabalhador tiver um emprego antes de tornar-se profissional independente, será possível continuar o plano de pensão do antigo empregador.

e) O que é uma reserva de pensão?

A reserva de aposentadoria (oudedagsreserve) é uma porcentagem do lucro, correspondente a 10,9% que o empreendedor pode reservar, com a prorrogação do imposto de renda. É possível converter parte ou a totalidade desta reserva num "Retirement Annuity Contract" (lijfrenteversicherung). O imposto de renda será deduzido no momento do pagamento do prêmio.

f) Pensão após a morte

Na maioria dos casos, o cônjuge tem direito a receber um benefício para sobrevivência (nabestaandenpensioen) no caso de falecimento do outro cônjuge. O valor corresponde a parte dos benefícios do falecido, de acordo com a Lei Nacional de Benefícios para Sobrevivência (Algemene Nabestaandenwet, Anw).

Mais informações podem ser obtidas em:

<http://www.answersforbusiness.nl/regulation/pension>

1.5. DE OUTRAS NATUREZA – CARTEIRA DE HABILITAÇÃO

Os brasileiros podem dirigir nos 180 dias seguintes ao seu ingresso nos Países Baixos, desde que estejam de posse da carteira internacional de habilitação válida e do passaporte.

O estrangeiro residente nos Países Baixos deve solicitar a emissão da carteira de habilitação à Prefeitura da cidade onde está registrado, que encaminhará o pedido ao RDW (Rijksdienst voor het Wegverkeer), entidade equivalente ao DETRAN brasileiro.

Normalmente, o portador de carteira de habilitação brasileira deverá se submeter ao exame de motorista, para receber a carteira local.

Caso o brasileiro possua carteira de motorista válida emitida por país da União Europeia, ou do Acordo Europeu de Livre Comércio, pode apresentá-la à Prefeitura da cidade onde está registrado para solicitar o documento congênere neerlandês.

O imigrante altamente qualificado (ver 1a) deverá receber a carteira de habilitação neerlandesa mediante a apresentação do documento brasileiro equivalente válido. A carteira brasileira será retida pelas autoridades neerlandesas, para envio posterior ao Consulado-Geral do Brasil em Roterdã, onde seu titular poderá buscá-la.

Em alguns casos, inclusive no dos portadores de carteira de motorista emitida por país membro da União Europeia, ou do Acordo Europeu de Livre Comércio, bem como dos imigrantes altamente qualificados, a Prefeitura poderá solicitar, adicionalmente, certificado de aptidão física.

Para solicitar a carteira de motorista local, o interessado deve comparecer à Prefeitura onde está registrado como residente, de posse do seguinte:

- fotografia em cores;
- carteira de habilitação estrangeira;
- permissão de residência nos Países Baixos;
- certificado de que é imigrante altamente qualificado, quando couber;
- certificado de aptidão física, quando couber.
- comprovante de pagamento da taxa.

2. Legislação local de referência e sua fiscalização pelos órgãos locais

2.1. LEGISLAÇÃO

Alguns aspectos mais diretamente relacionados ao propósito deste guia foram destacados no capítulo anterior. Para consultas mais específicas, relacionam-se abaixo fontes públicas de informação.

a) Legislação fiscal e tributária

Informações sobre a legislação fiscal podem ser encontradas na página eletrônica da Administração Fiscal e Aduaneira ("Belastingdienst") em <http://www.belastingdienst.nl/>

b) Legislação trabalhista e previdenciária

Informações sobre a legislação trabalhista e previdenciária estão disponíveis no "website" do Ministério dos Assuntos Sociais e do Emprego "Ministry of Social Affairs and Employment" em <http://www.government.nl/ministries/ministry-of-social-affairs-and-employment>

c) Legislação Migratória

Para informações sobre a legislação migratória, verifique o "website" do Serviço de Imigração e Naturalização (IND) "Immigration and Naturalisation Service (IND)" em <http://ind.nl/en>

d) Legislação ambiental

Informações sobre a legislação ambiental podem ser encontradas na página eletrônica do Ministério da Infraestrutura e do Ambiente "Ministry of Infrastructure and the Environment" em <http://www.government.nl/ministries/ministry-of-infrastructure-and-the-environment>

e) Legislação sanitária

Sobre a legislação sanitária, deve-se recorrer aos sítios do Ministério da Saúde, do Bem-Estar e do Esporte "Ministry of Health, Welfare and Sport" em <http://www.government.nl/ministries/ministry-of-health-welfare-and-sport>

2.2. INSPEÇÕES POR ORGANIZAÇÕES GOVERNAMENTAIS

As empresas instaladas nos Países Baixos estão sujeitas a inspeções realizadas por diferentes órgãos, como a Administração Fiscal e Aduaneira (Belastingdienst), Bombeiros e outras autoridades a nível municipal e estadual, que verificarão se a empresa cumpre os requisitos legais, por exemplo sobre a segurança contra incêndios, segurança ambiental e condições de trabalho.

a) Competências dos inspetores

O trabalho realizado pelos inspetores é regulamentado pela Lei Geral de Direito Administrativo (Algemene wet bestuursrecht, Awb).

Os inspetores podem entrar em qualquer instalação, exceto em residências privadas, devendo apresentar identificação. As inspeções nem sempre são notificadas de forma prévia. Os inspetores

podem colher amostras, analisar e copiar documentos, emitir notificações, impor penalidades e apreender mercadorias.

b) Importantes organizações de inspeção

Segue abaixo lista de organizações que podem visitar as empresas:

Autoridade de Segurança dos Produtos Alimentares e de Produtos de Consumo ("Food and Consumer Product Safety Authority")

<https://english.nvwa.nl/>

Administração Aduaneira e Fiscal

<https://www.belastingdienst.nl/>

Vigilância Sanitária ("The Ministry of Health, Welfare and Sport")

<http://www.rivm.nl>

Agência do Patrimônio Cultural ("Cultural Heritage Agency of the Netherlands")

<https://culturalheritageagency.nl/>

Ministério de Assuntos Sociais e do Emprego ("Ministry of Social Affairs and Employment")

<https://www.inspectieszw.nl/english/>

Ministério da Infra-estrutura e Meio Ambiente ("Ministry Infrastructure Environment")

<https://www.ilent.nl/english/>

Agência de Radiocomunicações ("Radiocommunications Agency")

<https://www.agentschaptelecom.nl/radiocommunications-agency>

3. Capacitação

3.1. CURSOS E OFICINAS

As instituições abaixo oferecem uma diversidade de cursos/oficinas gratuitos ou pagos, realizados em presença ou à distância. Oferecem também literatura especializada sobre diferentes aspectos da gestão empresarial, como gestão financeira, gestão de pessoal, exportações/importações e como realizar estudos de mercado.

a) Câmara de Comércio (Kamer van Koophandel - KvK)

Desempenha as funções das Juntas Comerciais no Brasil e também atua como fonte para capacitação, com cursos, palestras e diferentes treinamentos.

Mais informações podem ser obtidas em:

<http://www.kvk.nl>

b) Agência Holandesa para Empreendimento (Rijksdienst voor Ondernemend Nederland)

Esta agência faz parte do Ministério dos Assuntos Econômicos dos Países Baixos e trabalha em parceria com o Ministério dos Assuntos Estrangeiros. Seria equiparável à ApexBrasil (<http://www.apexbrasil.com.br>). Organiza missões comerciais e coordena a participação de empresas holandesas em feiras no exterior. Terceiriza estudos de prospecção de mercado. A agência opera com o apoio das Embaixadas, Consulados e Escritórios Neerlandeses de Apoio aos Negócios (NBSO's).

3.2. FORMALIDADES EXIGIDAS PARA ATIVIDADES DE CAPACITAÇÃO

Um dos requisitos para participar de atividades de capacitação é ter o domínio do holandês ou inglês, línguas utilizadas na maioria dos cursos. Outra exigência é documental, sendo normalmente aceito o passaporte brasileiro ou a carteira de habilitação holandesa. Além destes requisitos, é necessário observar o valor do curso, que normalmente é pago à vista.

3.3 ESTUDOS DE MERCADO

Estudos de mercado sobre diferentes segmentos do mercado neerlandês podem ser obtidos junto à Câmara de Comércio DUTCHAM ou à BRADUTCH. Caso o empreendedor queira desenvolver sua própria pesquisa, sugere-se ter em conta as seguintes diretrizes:

- a) Tenha um objetivo claro em mente
- b) Defina o segmento e determine o caráter, o alcance e o tamanho dele
- c) Determine que aspectos do mercado quer investigar
- d) Descubra quando e onde pode entrar em contato com os consumidores do segmento
- e) Descubra qual o tipo de pesquisa adequado
- f) Avalie a possibilidade de usar uma plataforma de pesquisa online

4. Assistência jurídica, contábil e fiscal

Independentemente do nível de familiaridade do empresário brasileiro nas esferas jurídica, contábil e fiscal, é conveniente procurar assistência de profissionais experientes, que poderão atender os empreendedores brasileiros de forma personalizada, de acordo com a necessidade de cada negócio. Seguem abaixo, exemplos de prestadores de serviços nestes temas, compilada pelo “website” www.iamexpat.nl. A lista abaixo é apenas indicativa e não implica endosso dos serviços oferecidos.

- **Blue Umbrella** <https://www.blueumbrella.nl/>

Fornecer uma plataforma de apoio fiscal para indivíduos e famílias internacionais que se estabelecem para trabalhar nos Países Baixos.

- **Finsens** <http://finsens.com/expat-services>

Oferece aos expatriados diferentes serviços de consultoria financeira. Estes vão desde o aconselhamento hipotecário até consultas em direito fiscal, gestão de ativos, planejamento financeiro, pensões e estruturas de capital.

- **J.C. Suurmond & zn. Tax Consultants** <http://www.suurmond-taxconsultants.com/>

O escritório é parte de uma rede internacional de prestadores de serviços financeiros, incluindo contadores, advogados, consultores de hipoteca e consultores de planejamento financeiro, com serviços a nível nacional e internacional.

- **MFFA Tax Advice** <http://www.mffa.nl/>

Os consultores fiscais oferecem serviços que incluem aconselhamento fiscal, conformidade fiscal e outros serviços de contabilidade. A maior parte dos seus clientes são expatriados, “freelancers”, empresas familiares, pessoas físicas e empresas estrangeiras que utilizam os Países Baixos como “hub” para os EUA, Ásia e Oriente Médio.

- **Tysma Lems** <http://tysmalems.com/>

Empresa de assessoria fiscal, focada no apoio de cidadãos globais que trabalham e/ou vivem no exterior. É especializada em impostos de renda, questões de seguridade social e seguros, pensões e leis fiscais de sucessões.

- **Blue Clue Tax Solutions** <http://blueclue.nl/tax-advice>

É especializada no atendimento de clientes internacionais e ONGs, realiza consultoria fiscal, estruturação tributária, fusões e aquisições.

- **Tax Direct** <http://www.taxdirect.nl/>

É gerido por três conselheiros, especializados em expatriados, mobilidade global e declarações fiscais. Todos os funcionários têm formação acadêmica em direito fiscal ou economia fiscal, com conhecimento do imposto de renda pessoal.

- **Hillbrook | Expatriate Tax Solutions** <https://www.hillbrook.nl/>

Especializada na prestação de serviços de consultoria sobre questões complexas em matéria de impostos e mobilidade global, centrada nas necessidades dos expatriados, empresários e empresas internacionais.

- **Beacon Global Advisers** <http://beaconadvisers.com/>

Oferece acesso a uma rede de profissionais financeiros, tais como consultores financeiros, profissionais de seguros, bem como contadores.

- **Borrie** <http://expats.borrie.nl/>

Consultoria especializada no atendimento de estrangeiros, que já operam ou pretendem operar no mercado holandês, prestando serviços de consultoria em imigração, folha de pagamento, imposto, entre outros.

- **Tax & Service Solutions** <https://www.tssolutions.nl/>

Tem experiência no atendimento de pequenas empresas e "startups", assistindo-as desde os primeiros passos até a consolidação do negócios. Trabalha também com questões tributárias e consultoria para a aquisição de imóveis.

5. Regulamentação aplicável a mercadorias

É preciso observar várias regras e regulamentos no desenvolvimento de um produto ou serviço antes de lançá-lo no mercado holandês. Há, por exemplo, regras e regulamentos para garantir a segurança do produto e para protegê-lo, conforme descrito na Lei de Direitos Autorais (Auteurswet). Ao desenvolver um produto, também poderá ser possível obter um subsídio. Seguem alguns exemplos de regulamentação a serem observados:

- Normas de qualidade e segurança
- Produtos submetidos à política comercial comum: cotas e contingentes e vigilância
- Normas sanitárias, embalagens e rótulos (incluindo tradução dos rótulos de produtos importados)
- Marcas e patentes
- Particularidades do sistema de pesos e medidas
- Adaptação de embalagem e rótulos à regulamentação local e proibição de uso de substâncias controladas

5.1. ADMISSÃO DE PRODUTOS DA UNIÃO EUROPEIA PARA OS PAÍSES BAIXOS

Se um produto já tiver sido admitido em outro Estado-Membro da UE, o governo holandês não pode proibir a sua venda nos Países Baixos, mesmo que o produto tenha sido feito de acordo com normas técnicas que diferem dos padrões holandeses. Agências governamentais holandesas só podem proibir um tipo de produto ou impedir sua venda se surgirem questões de defesa do consumidor ou de proteção ambiental.

a) Requisitos processuais para negar o reconhecimento mútuo

Se uma agência do governo em Estado-Membro da União Europeia deseja negar o reconhecimento mútuo de um determinado produto, deve seguir o procedimento do regulamento da UE sobre o reconhecimento mútuo para a livre circulação de mercadorias. A agência do governo, por exemplo, "Netherlands Food and Consumer Safety Authority" ou a "Human Environment and Transport Inspectorate" notificará o fabricante ou o vendedor do produto, por escrito, da proposta para proibir ou retirar um determinado produto do comércio. O fabricante ou vendedor do produto tem 20 dias úteis para responder a esta notificação, período no qual o produto pode continuar no mercado. A agência do governo tomará uma decisão final num prazo de 20 dias úteis após a resposta do fabricante ou vendedor. Caso o fabricante ou vendedor não concorde com a decisão, poderá contestá-la posteriormente.

b) Ponto de Contato do Produto (PCP)

Cada Estado-Membro tem um Ponto de Contato do Produto (PCP) para o reconhecimento mútuo dos produtos. Através dos telefones 14088 ou +31 (0)88 602 4400 é possível obter mais informações sobre as regras técnicas aplicáveis a um tipo específico de produto nos Países Baixos.

5.2. CERTIFICADOS E MARCAS DE QUALIDADE

Com uma marca ou certificado de qualidade, pode-se demonstrar que os produtos e serviços, processos ou condições de trabalho da empresa cumprem certos padrões de segurança, qualidade ou

exigências ambientais (por exemplo, com orgânicos ou produtos locais). Com isso, pode-se demonstrar que os funcionários possuem certo conhecimento e habilidades.

a) Organismos de certificação e acreditação

Nos Países Baixos, laboratórios e organismos de inspeção, certificação e verificação podem ter seus métodos de trabalho aprovados pelo Conselho de Acreditação Neerlandês (Raad voor Accreditatie, RvA). Se aprovado, estão autorizados a usar o logotipo de credenciamento, o que indica que satisfazem requisitos tais como imparcialidade e competência.

Mais informações podem ser obtidas em:

<http://www.rva.nl>

b) Certificado

Um cliente ou o governo neerlandês podem exigir certificação, por exemplo, para as pessoas que trabalham com amianto. Um certificado é emitido com base em esquemas de certificação, que contêm os requisitos estabelecidos no produto, serviço, sistema ou pessoa. A fim de manter o certificado, é obrigatória a participação em cursos de reciclagem, como também realizar exames com frequência.

c) Marca de qualidade

Se concedida, será permitido usar o logotipo do RvA (Raad voor Accreditatie). O Serviço de Informações para os Consumidores (ConsuWijzer) publica todas as marcas de qualidade acreditadas nos Países Baixos no “website” <https://www.consuwijzer.nl/>

5.3. CLASSIFICAÇÃO, ROTULAGEM E EMBALAGEM DE SUBSTÂNCIAS E MISTURAS QUÍMICAS

Se a empresa introduzir substâncias e misturas químicas no mercado holandês, deve reclassificá-las de acordo com o sistema do regulamento europeu EU-GHS. Este regulamento contém os requisitos para a classificação, rotulagem e embalagem de substâncias e misturas químicas.

a) Dever de informar

Os fabricantes ou importadores de substâncias químicas têm a obrigação de comunicar a classificação e rotulagem de substâncias químicas à Agência Europeia dos Produtos Químicos (ECHA).

b) Registro de Produtos

É necessário prover informações ao Centro de Informação Anti-Venenos Nacional (NVIC) sobre os produtos, no caso de comercialização de substâncias e misturas químicas. O NVIC usa essa informação para informar os trabalhadores de assistência médica sobre os sintomas, diagnóstico e tratamento de intoxicação aguda com substância perigosa.

5.4. LEI DE COMMODITIES

Ao produzir, preparar ou realizar comércio de alimentos ou de outros produtos para o consumo nos Países Baixos, a empresa deve cumprir a Lei de Commodities (Warenwet). Esta lei prevê regras gerais sobre a saúde pública, a segurança do produto, negociação justa e informação adequada. A Lei de

Commodities está ligada a um grande número de regulamentos e decretos especiais que contêm regras para alimentos específicos e produtos de consumo, como brinquedos.

a) Admissão de novos alimentos

Para introduzir um novo alimento no mercado europeu, o interessado terá de solicitar aprovação à Comissão Europeia e ao Ministério da Saúde, Bem-Estar e Esportes dos Países Baixos (Ministerie van Volksgezondheid, Welzijn en Sport, VWS). O Conselho de Avaliação de Medicamentos (College ter Beoordeling van Geneesmiddelen, CBG) irá avaliar a segurança dos novos alimentos.

5.5. DIREITO AUTORAIS

O Copyright Act Neerlandês (Auteurswet) protege automaticamente os direitos de autor de obras de literatura, ciência ou arte a partir do momento em que o trabalho é criado, desde que o trabalho em questão seja original.

O “Copyright” é gratuito e a proteção aplica-se internacionalmente. Os criadores não são obrigados a se registrar ou arquivar seu trabalho. O “Copyright” perde a validade 70 anos após a morte do criador da obra.

Exemplos de trabalho que podem ser protegidos por direitos autorais incluem textos, obras de arte, folhetos, vídeos e outros materiais promocionais, fotografias, “software”, jóias, desenhos, maquetes e construções.

Exemplos de trabalho que não são protegidos incluem catálogos, manuais, horários, programas de teatro e listas telefônicas.

a) Organização de gestão coletiva

A maioria dos autores (incluindo compositores, músicos e cineastas) defendem seus direitos através de uma entidade de gestão coletiva (CMO), como a:

- Buma/Stemra <http://www.bumastemra.nl/en/>
- Sena <https://www.sena.nl/en/>
- Stichting Reprorecht <https://www.reprorecht.nl/english>
- Stichting de Thuis kopie <http://www.thuis kopie.nl/nl/about-thuis kopie>

Essas organizações de gestão coletiva são filiadas à Associação das Organizações de Gestão Coletiva de Direitos de Propriedade Intelectual (Vereniging van Organisaties morrer Intellectueel eigendom Collectief Exploiteren, VOI © E).

5.6. ROTULAGEM E MARCAÇÃO

Quem fabrica ou vende produtos de consumo nos Países Baixos deve cumprir as regras em matéria de rotulagem. As etiquetas devem indicar o conteúdo, a composição e prazo de validade do produto em questão. A Autoridade de Segurança dos Produtos Alimentares e de Produtos de Consumo dos Países Baixos (Nederlandse Voedsel- en Warenautoriteit - NVWA) verifica se essa informação está correta.

a) Requisitos

Para muitos produtos existem requisitos específicos relativos à informação no rótulo, entre outros: alimentos, produtos do tabaco, vestuário e têxteis, produtos cosméticos, produtos químicos domésticos, detergentes e produtos de limpeza, fertilizantes e aerossóis.

Outros produtos devem seguir as regras para a segurança geral dos produtos. O Artigo 2º do Decreto Segurança Geral dos Produtos (Commodities Act) (Warenwetbesluit algemene productveiligheid) define o que cada produto ou embalagem deve indicar.

5.7. CONTRIBUIÇÃO PARA GESTÃO DE RESÍDUOS DE EMBALAGENS

Se a empresa levar mais de 50.000 quilos de embalagens para o mercado neerlandês, no início das operações, e precisar remover estas embalagens, terá que pagar uma contribuição de gerenciamento de resíduos de embalagens para o Fundo de Resíduos de Embalagens (Afvalfonds Verpakkingen).

a) Taxa de contribuição

A taxa de contribuição depende do material e do tipo de embalagem (varejo, recolha ou embalagem de transporte). É paga uma contribuição única para pacotes reutilizáveis.

b) Informações e declarações

Anualmente é necessário declarar a quantidade de embalagens. É preciso registrar-se com o Fundo de Resíduos de Embalagens (Afvalfonds Verpakkingen).

c) Exportação indireta de embalagens

Ao exportar embalagens cuja contribuição tenha sido paga no início da cadeia, é possível solicitar um reembolso.

d) Os registros de embalagem

Estes dados são necessários, a fim de preparar a declaração de imposto de renda. Qualquer prova e outros documentos devem ser conservados até 7 anos após o final do ano de envio da declaração.

5.8. PADRÕES E NORMATIZAÇÃO

São acordos feitos por fabricantes, comerciantes e organizações de consumidores sobre a uniformização de processos em sua área de especialização. Normas contribuem para a uniformidade, segurança e sustentabilidade de produtos e métodos de produção. A normatização permite às empresas trocar conhecimentos e tecnologias e entrar em novos mercados com mais facilidade.

a) Instituto de Normatização dos Países Baixos

Nos Países Baixos, o Instituto de Normatização (Nederlands Normalisatie-Instituut, NEN) apoia o processo de normatização, desenvolve e gerencia esses padrões.

O governo e o Instituto de Normatização decidiram disponibilizar gratuitamente algumas das suas normas nacionais. Se uma lei ou regulamento estipular que se deve aplicar um determinado padrão (NEN), esta norma será fornecida gratuitamente no formato PDF em idioma holandês. Se for feita referência a uma norma (NEN) em uma lei ou regulamento, mas seu uso não for obrigatório, o interessado deverá pagar uma taxa por esses padrões. O (NEN) representa os Países Baixos em redes internacionais de normatização, como a ISO.

Mais informações podem ser obtidas em:
<http://www.answersforbusiness.nl/subjects/products-services>

6. Patentes e propriedade intelectual

6.1. REGISTRO DE MARCA, DESIGN OU IDÉIA

a) Registro de marca, design ou ideia

Para se distinguir de seus concorrentes, é possível ter a marca registrada. Após o registro, outras partes não estão autorizadas a utilizar a marca. Existem diferentes tipos de marcas, como verbais, pictóricas, marcas de cores e marcas sonoras.

As marcas podem ser registradas no Instituto BENELUX da Propriedade Intelectual (BOIP). Isto oferece proteção na Bélgica, Países Baixos e Luxemburgo. Ao consultar o banco de dados de registro de marcas é possível verificar se a marca já foi registrada.

b) Novo desenho ou design

Um novo design ou desenho pode ser registrado no Instituto BENELUX da Propriedade Intelectual (BOIP). A proteção poderá ser expandida se houver interesse em levar os produtos para o mercado fora do BENELUX. Para descobrir se um projeto ou desenho é novo, basta realizar uma consulta no banco de dados do Instituto.

Mais informações podem ser obtidas em:

<http://www.answersforbusiness.nl/regulation/register-trademark-design-idea>

6.2. PATENTES, LEI DE SEMICONDUTORES E REGISTRO DOS ADVOGADOS DE PATENTES

É possível solicitar a inscrição de uma invenção no Escritório de Patentes dos Países Baixos (Octrooiencentrum Nederland). A invenção será protegida pelo direito de patente, geralmente por um período máximo de 20 anos. Isso significa que ninguém mais pode adotar ou utilizar a ideia ou projeto sem a permissão do criador.

a) Solicitar uma patente no exterior

Uma invenção só será protegida por patente nos países em que a patente tenha sido solicitada e concedida. Pedidos de patentes internacionais podem ser enviados para o Instituto Europeu de Patentes (EPO), a Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI) ou para os escritórios nacionais dos países em que há interesse em solicitar uma patente.

b) Validação holandesa para uma patente europeia

A patente europeia pode ser validada nos Países Baixos, cumpridas exigências que incluem a apresentação de uma tradução das reivindicações para o Escritório de Patentes dos Países Baixos dentro de 3 meses após a concessão da patente europeia.

Caso a patente tenha sido registrada no Instituto Europeu de Patentes em idioma diferente do inglês, será necessário apresentar uma tradução da descrição em inglês ou em holandês.

c) Proteção de produtos semicondutores

É feita através do envio de solicitação ao Escritório de Patentes dos Países Baixos para a proteção de semicondutores (chips e microprocessadores). O pedido deve ser apresentado num prazo de dois anos após a primeira operação do produto semicondutor.

d) Registro e consulta a advogados especializados em patentes

Para trabalhar como advogado de patentes nos Países Baixos, é obrigatório o registro no Registro de Procuradores de Patentes (Octrooigemachtigdenregister). Em alguns casos, é possível solicitar isenção, por intermédio do Conselho Fiscal (Raad van Toezicht) do Instituto Holandês de Advogados especializados em patentes (Orde van Octrooigemachtigden).

Mais informações disponíveis em:

<http://www.answersforbusiness.nl/regulation/patents-semiconductor-law-register-patent-attorneys>

7. Órgãos e entidades de fomento e apoio ao empreendedorismo

Existem diferentes entidades nos Países Baixos de fomento e apoio ao empreendedorismo. Abaixo estão listadas entidades governamentais e privadas.

7.1. ORGÃOS GOVERNAMENTAIS

Agência Empresarial dos Países Baixos (Rijksdienst voor Ondernemend Nederland)

Uma das principais entidades de apoio ao empreendedorismo é a Agência Empresarial dos Países Baixos (Rijksdienst voor Ondernemend Nederland), que incentiva os empresários em negócios sustentáveis, inovadores e internacionais. Ajuda com concessões, encontrando sócios de negócio, – “know-how” e conformidade com leis e regulamentos. O objetivo é melhorar as oportunidades para os empresários e reforçar a sua posição.

A Agência faz parte do Ministério dos Assuntos Econômicos e trabalha por iniciativa dos ministérios e da União Europeia. A Agência trabalha nos Países Baixos e no exterior com governos, centros de conhecimento, organizações internacionais e inúmeros outros parceiros.

Mais informações podem ser obtidas em:

<http://english.rvo.nl/>

Câmara de Comércio (Kamer van Koophandel - KvK)

É uma entidade independente sem fins lucrativos, subsidiada pelo governo holandês e supervisionada pelo Ministério dos Assuntos Econômicos. A Câmara de Comércio (Kamer van Koophandel - KvK) oferece informações sobre como iniciar uma empresa ou como obter financiamentos bancários. Promove também cursos, eventos de “networking” e de estratégia e marketing.

Mais informações podem ser obtidas em:

<https://www.kvk.nl/english>

7.2. ORGÃOS NÃO-GOVERNAMENTAIS

BRADUTCH

A Bradutch - Câmara de Comércio do Brasil nos Países Baixos é uma entidade que tem como principal objetivo desenvolver atividades que estimulem a interatividade e negócios entre Brasil e Holanda. Organiza missões comerciais, conferências, seminários e outros eventos relacionados com intercâmbios econômicos, comerciais e culturais entre os dois países. Além disso, a organização possui plataformas para “networking”, oferece publicações diversificadas e diferentes serviços para seus associados.

Mais informações podem ser obtidas em:

<http://www.bradutch.com/>

WTC – The Hague International Business Club

Tem por objetivo facilitar negócios internacionais na região, funcionando como um ponto de encontro para empresários, executivos, investidores, representantes de diferentes organizações, agências governamentais envolvidas no comércio e investimento internacional.

Mais informações podem ser obtidas em:

<http://www.wtcthehague.com/>

Associação FindBrazil

É uma associação multissetorial, formada por profissionais liberais, executivos, empresários e empresas de todo porte, que assiste as pequenas e médias empresas na expansão dos negócios no exterior e também na atração de investimento. No Brasil, a associação tem sede em São Paulo, e nos Países Baixos, tem escritório na Haia. Realiza estudos de mercado, prospecção de clientes e investidores, entre outros serviços.

Mais informações podem ser obtidas em:

<http://www.findbrazil.org/>

DUTCHAM

A Dutcham é uma associação sem fins lucrativos, fundada em 1952, com o objetivo de promover e apoiar o comércio e os investimentos entre o Brasil e os Países Baixos. Para alcançar tais objetivos, a Dutcham desenvolve iniciativas para "networking", produz publicações, organiza eventos e também presta diferentes serviços aos seus associados. É parceira da Bradutch, a Câmara de Comércio do Brasil nos Países Baixos.

Mais informações podem ser obtidas em:

<http://www.dutcham.com.br/>

7.3. SECOM

A rede de Setores de Promoção Comercial (SECOMs) do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, instalada nas Embaixadas e Consulados do Brasil, presta sustentação à estratégia de diplomacia comercial brasileira e apoia a promoção das exportações, turismo, atração de investimentos e à internacionalização de empresas brasileiras. O SECOM assessora a organização de missões comerciais brasileiras e a participação em feiras comerciais no exterior. A Embaixada do Brasil nos Países Baixos conta com um Setor de Promoção Comercial.

Mais informações podem ser obtidas em:

http://haia.itamaraty.gov.br/pt-br/setor_de_promocao_comercial.xml

8. Financiamentos

8.1. FONTES DE FINANCIAMENTO E EMPRÉSTIMOS, INCLUINDO INSTITUIÇÕES BANCÁRIAS E ENTIDADES DE ECONOMIA SOCIAL E SOLIDÁRIA – PROCEDIMENTOS E REQUISITOS

Nos Países Baixos, existem diferentes fontes de financiamento e empréstimos. Há, igualmente, isenções fiscais, empréstimos e regimes especiais para empresas que se concentram em inovação. Há também sistemas que só se aplicam a um setor específico, como a biotecnologia ou a tecnologia.

8.1.1. Microcrédito

Os proprietários de empresas que estão começando ou já operam nos Países Baixos e precisam de crédito podem ser elegíveis para receber microcrédito. O microcrédito é um empréstimo de até € 50.000. Também é possível pedir um empréstimo PME (MKB-Krediet), que varia entre € 50.000 e € 250.000.

Como se qualificar?

- Está começando ou é proprietário de uma empresa em funcionamento
- Conduz atividades comerciais nos Países Baixos
- O valor necessário não ultrapassa € 50.000
- Tem mais de 18 anos de idade
- Tem um sólido plano de negócios

8.1.2. Sistema de garantia de empréstimo de negócios

O sistema de garantia de empréstimo de negócios (Garantie Ondernemingsfinanciering) torna mais fácil para as grandes e médias empresas nos Países Baixos captar empréstimos significativos. Fornecedores de capital recebem uma garantia de 50% do governo federal. O termo de garantia de empréstimo é no máximo 8 anos.

Como se qualificar?

- São elegíveis empresas com sede nos Países Baixos ou com atividades comerciais realizadas principalmente nos Países Baixos
- Empresas com rentabilidade razoável

8.1.3. “Growth Facility Scheme”

Fazem parte do grupo de pequenas e médias empresas nos Países Baixos as empresas que empregam até 250 trabalhadores. As PMEs podem ser elegíveis para o regime de Crescimento (Regeling Groeifaciliteit), o que torna mais fácil levantar capital. Sob o esquema, os financiadores de capital de risco para PME recebem uma garantia. Se houver perda sob o investimento, poderão recuperar até 50% da perda. A garantia aplica-se a, por exemplo, perdas na venda de ações, inadimplência ou falência. O prazo de garantia é de no máximo 12 anos.

Como se qualificar?

- São elegíveis empresas estabelecidas nos Países Baixos e nas municipalidades insulares especiais de Bonaire, Santo Eustáquio e Saba, cujas atividades comerciais são realizadas lá.

8.1.4. Novas operações de empréstimos (capital de risco)

As “start-up” que precisam de capital poderão pedir empréstimo a pessoa física, dentro do Esquema de Venture Capital (regeling Durfkapitaal). Este esquema dá a seu credor um crédito fiscal para o imposto de renda.

Como se qualificar?

- Estar dentro das Regras de Novos Negócios (Beschikking startende ondernemer) da Administração Fiscal e Aduaneira
- Ter um contrato de empréstimo com o seu credor
- O credor não pode ser sócio, nem gerenciar a empresa

8.1.5. Subsídio de investimento de pequena escala (KIA)

As empresas ou indivíduos que realizam investimentos em ativos de negócios estão autorizados a deduzir parte deste investimento dos seus lucros. As empresas nos Países Baixos que investem entre € 2.301 e € 309.693 (valores de referência de 2015) são elegíveis para receber o subsídio de investimento de pequena escala (Kleinschaligheidsinvesteringsaftrek, KIA).

Como se qualificar?

- São elegíveis empresas registradas nos Países Baixos, estando sujeitas ao pagamento de imposto de renda individual ou imposto de renda empresarial
- Quem investe em ativos de negócios em valor superior ao mínimo estabelecido

8.1.6. Sistema de garantia de empréstimos a PME (BMKB)

As empresas que empregam no máximo 250 trabalhadores (por exemplo, uma PME), podem, em alguns casos, ser elegíveis a garantia maior para um empréstimo. O banco e outros financiadores são cobertos pelo sistema de garantia do governo, chamado de Borgstellingsregeling (MKB). Se a empresa tomar um empréstimo para uma —start-up de no máximo € 266.667 em um banco, o governo atuará como fiador deste empréstimo, garantindo até 67,5% da operação.

Como se qualificar?

Para ser elegível para o BMKB, a empresa deve cumprir várias condições, inclusive:

- Ser incapaz de fornecer ao banco uma garantia suficiente
- O plano de negócios da empresa tem perspectivas futuras favoráveis
- O empresário garante 25% do empréstimo caso possua mais de metade do capital do negócio

Mais informações podem ser obtidas em:

<http://www.answersforbusiness.nl/subject/financing-growth>

8.2. PROGRAMAS LOCAIS DE INCENTIVOS FISCAIS A EMPRESAS DE PEQUENO E MÉDIO PORTE

Nesta seção é possível encontrar uma seleção dos subsídios e facilidades fiscais para os empresários que fazem negócios ou possuem uma empresa nos Países Baixos. A maioria destes subsídios vêm do governo neerlandês ou da União Europeia.

8.2.1. Regime de pequenas empresas (KOR)

As pequenas empresas nos Países Baixos podem ser elegíveis para o regime de empresas de pequeno porte (kleineondernemersregeling, KOR). Nesse caso, a empresa pagará menos imposto sobre o faturamento (VAT) para a Administração Fiscal e Aduaneira (Belastingdienst). Em alguns casos, haverá isenção total.

Como se qualificar?

- São elegíveis empresas de pequeno porte, devidamente registradas nos Países Baixos
- Negócios individuais ou “joint ventures” envolvendo pessoas físicas, tais como uma parceria (Maatschap) ou uma parceria geral (vennootschap onder firma)
- Após dedução do imposto (voorbelasting), é pago menos VAT do que o limite anual
- A fim de ser elegível para a isenção das obrigações administrativas, o VAT a ser pago deverá ser inferior ao limite anual

Mais informações podem ser obtidas em:

<http://www.answersforbusiness.nl/subsidy/small-businesses-scheme>

8.2.2. Isenção de lucro das PME

A isenção de lucro para PMEs permite deduzir uma determinada percentagem de seus lucros, após abatimento do subsídio do empreendedor (ondernemersaftrek).

Mais informações podem ser obtidas em:

<http://www.answersforbusiness.nl/subsidy/sme-profit-exemption>

8.2.3. Subsídio de propriedade de empresas privadas

O subsídio de propriedade de empresas privadas (zelfstandigenaftrek) permite ao empresário pagar menos impostos, mediante a dedução de montante fixo a partir do seu lucro bruto anual.

Como se qualificar?

- Paga imposto de renda como proprietário do negócio
- Atua no gerenciamento do negócio, de forma individual ou com a participação de sócios
- Não atingiu a idade para aposentadoria no início do ano calendário. Se tiver atingido a idade, o subsídio de propriedade de empresas privadas será reduzido em 50%

Mais informações podem ser obtidas em:

<http://www.answersforbusiness.nl/subsidy/private-business-ownership-allowance>

8.2.4. P&D - Subsídio na folha de pagamento

As empresas que realizam trabalhos de pesquisa e desenvolvimento (Speur – en Ontwikkelingswerk, S&O ou R&D), podem ser elegíveis para a compensação dos custos salariais e custos adicionais no âmbito do regime de WBSO. Significa poder reivindicar redução de impostos de folha de pagamento. Profissionais autônomos podem deduzir um valor (estabelecido anualmente) fixo para P&D para o depósito do imposto de renda de retorno. Start-ups recebem remuneração extra para P&D.

A redução do imposto sobre a folha de pagamento e o aumento da dedução de custos relacionados a investimento em P&D constituem o Programa WBSO.

Como se qualificar?

- São elegíveis empresas que empregam pessoas responsáveis por trabalhos de P&D
- Profissionais autônomos, que trabalharam pelo menos 500 horas em P&D por um ano

Mais informações podem ser obtidas em:

<http://www.answersforbusiness.nl/subsidy/wbso>

8.2.5. Benefícios fiscais para novas empresas

As novas empresas podem ser elegíveis para uma dedução fiscal, chamado de “Startersaftrek” nos Países Baixos. Ao fazer uso desta facilidade, a empresa pagará menos impostos.

Como se qualificar?

A fim de ser elegível para o alívio fiscal para novas empresas, a empresa deve satisfazer pelo menos as seguintes condições:

- Ser elegível para o subsídio de propriedade de empresas privadas
- Nos 5 anos anteriores ao ano fiscal em questão, não tenha solicitado o subsídio de propriedade de empresas privadas mais de duas vezes
- Nos 5 anos anteriores ao ano fiscal em causa, não foi proprietário de uma empresa por pelo menos um ano

Mais informações podem ser obtidas em:

<http://www.answersforbusiness.nl/subsidy/tax-relief-new-companies>

8.2.6. Subsídio do Empreendedor

Os proprietários de empresas nos Países Baixos podem ser elegíveis para o subsídio do empresário (ondernemersaftrek), montante deduzido do lucro, para que o empresário pague menos impostos.

Como se qualificar?

O empresário deve atender o critério de tempo para a maioria das partes do subsídio do empreendedor. Isso significa que:

- Deve trabalhar para sua própria companhia pelo menos 1.225 horas por ano. Em caso de incapacidade para o trabalho a longo prazo este critério muda o tempo para apenas 800 horas anuais
- O empresário deve passar mais do que 50% do seu horário de trabalho dedicado à sua própria empresa. Este requisito não se aplica caso tenha se tornado um empreendedor nos últimos 5 anos.

Mais informações podem ser obtidas em:

<http://www.answersforbusiness.nl/subsidy/entrepreneurs-allowance>

8.3. PLANO DE NEGÓCIOS PARA POTENCIAIS INVESTIDORES

O plano de negócio é o instrumento ideal para traçar um retrato fiel do mercado, do produto e das atitudes do empreendedor, o que propicia segurança para quem quer iniciar uma empresa com maiores condições de êxito ou mesmo ampliar ou promover inovações em seu negócio. O plano irá orientá-lo na busca de informações detalhadas sobre o seu ramo, produtos e serviços, clientes, concorrentes, fornecedores e, principalmente, sobre os pontos fortes e fracos do negócio, contribuindo para a identificação da viabilidade de sua ideia e na gestão da empresa. Na construção do plano de negócios para obtenção de financiamento, deve-se observar as orientações da fonte de financiamento, sobretudo os requisitos e documentação necessária. Entre outros, o plano de negócios pode conter os seguintes elementos:

1 – Sumário Executivo

- 1.1 – Resumo dos principais pontos do Plano de Negócio
- 1.2 – Dados dos empreendedores, experiência profissional e atribuições
- 1.3 – Dados do empreendimento
- 1.4 – Missão da empresa
- 1.5 – Setores de atividades
- 1.6 – Forma jurídica
- 1.7 – Enquadramento tributário
 - 1.7.1 – Âmbito federal
- 1.8 – Capital Social
- 1.9 – Fonte de recursos

2 – Análise de mercado

- 2.1 – Estudo dos clientes
- 2.2 – Estudo dos concorrentes
- 2.3 – Estudo dos fornecedores

3 – Plano de Marketing

- 3.1 – Descrição dos principais produtos e serviços
- 3.2 – Preço
- 3.3 – Estratégias promocionais
- 3.4 – Estrutura de comercialização
- 3.5 – Localização do negócio

4 – Plano Operacional

- 4.1 – Layout
- 4.2 – Capacidade produtiva/comercial/serviços
- 4.3 – Processos operacionais
- 4.4 – Necessidade de pessoal

5 – Plano Financeiro

- 5.1 – Estimativa dos investimentos fixos
- 5.2 – Capital de giro
- 5.3 – Investimentos pré-operacionais
- 5.4 – Investimento total (resumo)
- 5.5 – Estimativa do faturamento mensal da empresa
- 5.6 – Estimativa do custo unitário de matéria-prima, materiais diretos e terceirizações

- 5.7 – Estimativa dos custos de comercialização
- 5.8 – Apuração dos custos dos materiais diretos e/ou mercadorias vendidas
- 5.9 – Estimativa dos custos com mão de obra
- 5.10 – Estimativa do custo com depreciação
- 5.11 – Estimativa de custos fixos operacionais mensais
- 5.12 – Demonstrativo de resultados
- 5.13 – Indicadores de viabilidade
 - 5.13.1 – Ponto de equilíbrio
 - 5.13.2 – Lucratividade
 - 5.13.3 – Rentabilidade
 - 5.13.4 – Prazo de retorno do investimento

6 – Construção de cenários

7 – Avaliação estratégica

- 7.1 – Análise da matriz F.O.F.A. (Forças, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças)

8 – Bancos e Empresas de Venture Capital

Entre outras opções, os seguintes bancos e empresas de venture capital oferecem financiamentos para operações com risco: ABN AMRO, Deutsche Bank AG (Amsterdam Branch), ING Bank, NIBC Bank, Rabobank, Van Lanschot Bankiers, ABN AMRO Capital, Active Capital Company, EN II Subordinated Loan Fund (ALF), Antea Participations.

Sugere-se pesquisa aprofundada de várias opções e das condições oferecidas por cada instituição financeira.

9. Joint ventures e aquisições

A “Joint Venture” (JV) é um acordo entre duas ou mais empresas, que concordam em unir seus recursos para um objetivo comum de negócios. Cada uma das empresas mantém a sua identidade individual, sendo responsáveis pelos lucros e perdas do empreendimento.

A fim de criar uma “joint venture” nos Países Baixos, os investidores precisam incorporar duas empresas holandesas. A joint venture não está sujeita a regulamentação específica para este tipo de acordo de negócios. No entanto, as empresas que a compõem estão sujeitas à Lei da Concorrência Neerlandesa (<http://www.dutchcivillaw.com/legislation/competitionact.htm>).

9.1. FORMANDO UMA JOINT VENTURE HOLANDESA

Existem dois tipos de “joint ventures” que podem ser formados nos Países Baixos:

Corporate: entre as empresas públicas ou privadas ou cooperativas holandesas;

Contratual: entre parcerias ou sociedades limitadas.

Os empreendimentos conjuntos corporativos são formados entre entidades empresariais com personalidade jurídica (ao contrário da parceria), as empresas estão sujeitas à Lei da Companhia Holandesa. Esta é uma diferença importante entre “joint ventures” contratuais e corporativas.

9.2. REQUISITOS PARA AS JOINT VENTURES NOS PAÍSES BAIXOS

Todas as empresas constituídas nos Países Baixos devem ser registradas na Câmara de Comércio (Kamer van Koophandel - KvK) e todas as “joint ventures” que exerçam atividades comerciais devem ser formadas por empresas registradas. Em alguns casos, uma “joint venture” pode cair no âmbito de aplicação da Lei da Concorrência Neerlandesa.

As “joint ventures” nos Países Baixos não têm restrições comerciais e podem ser usadas em todas as áreas de negócios. As empresas que formam uma “joint venture” são incorporadas apenas por um determinado período de tempo.

Mais informações podem ser obtidas em:

<https://home.kpmg.com/content/dam/kpmg/pdf/2014/05/netherlands-2014.pdf>

10. Costumes e diferenças locais, cultura de negócios e idioma

O neerlandês é a língua oficial dos Países Baixos, sendo o idioma de comunicação em todas as partes constituintes do país, inclusive Aruba, Curaçao, Sint Marteen e as municipalidades insulares especiais BES (Bonaire, Sint Eustatius e Saba). São aceitos como oficiais em suas respectivas regiões o frísio, o limburguês e o saxão, além do inglês em Saba e Sint Eustatius. Cerca de 90% dos holandeses falam inglês fluentemente, além de outras línguas.

- **Sociedade holandesa**

Com cerca de 17 milhões de habitantes, os Países Baixos é um dos países mais densamente povoados da Europa. A vida privada e o trabalho são totalmente planejados e nada é deixado ao acaso.

- **Sociedade igualitária**

Os Países Baixos tem uma sociedade igualitária. O respeito é obtido através de estudo e trabalho e há acesso aos mesmos serviços e oportunidades para todos os cidadãos.

Os holandeses gostam de considerar os riscos e consequências de tudo o que fazem com bastante antecedência.

- **O cliente nem sempre tem razão**

Na maioria dos países o cliente tem uma posição preferencial acima do vendedor e, portanto, nessa situação particular, um status mais elevado. Nos Países Baixos, no entanto, os bens e serviços são trocados numa base de igualdade. O empresariado sente-se livres para discordar e criticar abertamente seus clientes.

- **Consenso**

Os holandeses são famosos por passar muitas horas por semana em reuniões. Os processos de tomada de decisão são complexos, onde todos os envolvidos precisam ser ouvidos. Esse processo visa a alcançar uma solução com que todos concordem.

- **Conceito de tempo**

Pode-se ter que planejar encontros de negócios até com quatro semanas de antecedência, com chefes, clientes e até colegas.

- **Feridos**

1 de janeiro: Dia de Ano-Novo (Nieuwjaar)

Março/abril: Páscoa (Pasen)

Nos Países Baixos, celebram-se a sexta-feira e segunda-feira de Páscoa.

27 de abril: Dia do Rei (Koningsdag)

Celebra o dia de aniversário do rei, sendo antecipado para o dia anterior se coincidir com um domingo.

5 de maio: Dia da Libertação (Bevrijdingsdag)

Celebração da capitulação alemã na Segunda Guerra Mundial. Feriado nacional só cada cinco anos. Feriado local em Wageningen, cidade onde foi assinada a capitulação.

Quarenta dias após a Páscoa: Dia da Ascensão (Hemelvaartsdag)

Sete semanas após a Páscoa: Pentecostes (Pinksteren)

Os holandeses celebram dois dias de Pentecostes.

25 de dezembro/26 de dezembro: Natal (Kerstmis)

Os holandeses celebram dois dias de Natal. O primeiro (Eerste Kerstdag) e o segundo (Tweede Kerstdag).

11. Socialização & networking

Diversas páginas eletrônicas disponibilizam informações sobre eventos de socialização nos Países Baixos, bem como sobre eventos e clubes destinados a expatriados. A Embaixada do Brasil na Haia, por exemplo, organiza periodicamente evento de “networking” para empresas brasileiras e holandesas, o Brazil Network Day (BND) <http://www.brazilnetworkday.nl>. Abaixo segue uma lista exemplificativa de outras opções para socialização e “networking”.

WTC Amsterdam Business Club

<http://www.wtcamsterdambusinessclub.com>

A Rede WTC Global é formada por diferentes grupos empresariais, públicos e privados, os quais são investidores imobiliários e grandes players do comércio internacional.

Internations

<https://www.internations.org/>

Fundada em 2007, é a maior rede de expatriados do mundo, com mais de 2.4 milhões de membros e presente com as comunidades em mais de 390 cidades ao redor do mundo.

Amsterdam Inbusiness

<http://www.iamsterdam.com/en/business/invest/our-services/about-us>

Agências do setor público destinada a facilitar a instalação de empresas internacionais para a região metropolitana de Amsterdã.

Amsterdam American Business Club

<https://aabc.nl/>

Amsterdam American Business Club é uma organização de networking profissional cujo principal objetivo é ajudar a melhorar os contatos “business-to-business” entre empresas ao redor do mundo. O clube é composto principalmente por profissionais liberais, mas também inclui uma ampla variedade de empresários de diferentes nacionalidades.

Club of Amsterdam

<http://www.clubofamsterdam.com/>

Club of Amsterdam é um grupo de reflexão independente e internacional. Organiza eventos e seminários sobre questões relevantes e publica conclusões em vários meios de comunicação.

Women’s Business Initiative International

<http://www.womensbusinessinitiative.net/>

O objetivo da WBII é promover a inclusão das mulheres no mundo profissional, identificando e removendo barreiras que impedem sua plena participação. O WBII fornece um espaço físico e apoio necessário para criar novos empreendimentos, expandir pequenas empresas, estimular novas idéias e aumentar a lucratividade e oportunidades de emprego.

Connecting Women

<http://www.connectingwomen.nl/>

Tem como objetivo proporcionar um fórum para motivar e apoiar mulheres profissionais nos setores pagos e não remunerados, por meio de —networking e apresentações em reuniões mensais e também através de uma variedade de oficinas.

Foreign Press Association

<http://www.bpv-fpa.nl/wordpress/>

É A organização profissional que representa os mais de 120 jornalistas estrangeiros que cobrem os Países Baixos para a mídia estrangeira.

Institute of Directors

<https://www.iod.com/>

A filial holandesa do Instituto dos Diretores se concentra no desenvolvimento de redes eficazes dentro da comunidade empresarial, organizando atividades locais e eventos de networking para os membros e seus convidados.

12. Dados úteis sobre a conjuntura econômica e tecnológica

12.1. PRINCIPAIS VANTAGENS

- **Localização estratégica**
Estrategicamente localizados, os Países Baixos oferecem acesso a 95% dos mercados consumidores mais lucrativos da Europa dentro de 24 horas, a partir de Amsterdã ou Roterdã.
- **Clima internacional de negócios**
Os Países Baixos têm um clima internacional competitivo e mais de 8.000 empresas estrangeiras. Cerca de 50% do PIB holandês é derivado do comércio internacional,
- **Infraestrutura**
Os Países Baixos abrigam um dos maiores portos do mundo (Roterdã), aeroportos localizados centralmente, uma extensa rede de estradas e rodovias e a segunda rede de banda larga de alta qualidade na Europa.
- **Força de trabalho altamente qualificada e multilíngue**
A força de trabalho é altamente qualificada, reconhecida como umas das mais produtivas da Europa em uma ampla gama de capacidades. Além disso, 90% dos holandeses são fluentes em inglês.
- **Pesquisas e universidades**
Institutos de pesquisa de reconhecimento mundial e parcerias-público-privadas entre a academia, indústria e governo impulsionam pesquisas e conhecimentos aos setores do agribusiness, TI, químico, sistemas de alta tecnologia, ciências da vida e saúde e economia criativa.
- **Qualidade de vida**
Os Países Baixos são considerados como um país com alto padrão de vida.

a) Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação

Os Países Baixos são um "hub" para Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação, alimentado por institutos de pesquisa, créditos fiscais e uma série de parcerias estratégicas entre academia, indústria e governo.

Sede europeia de centros de P&D de grandes empresas, como a Philips, IBM, Intel, Mars, SABIC, Huawei and UL, atualmente os Países Baixos têm o segundo maior número de pedidos de patentes por milhão de habitantes na Europa.

b) Logística e Distribuição

Os Países Baixos tem um dos melhores desempenhos do mundo no setor logístico, sendo o maior "hub" logístico da Europa.

A excelente infraestrutura logística dos Países Baixos e a presença de prestadores de serviços logísticos são condições importantes para empresários brasileiros que desejam estabelecer operações internacionais de logística/distribuição na Europa.

12.2. PRINCIPAIS INDÚSTRIAS

As principais indústrias são: agribusiness, tecnologia da informação, química, sistemas de alta tecnologia e energia.

- **Agribusiness**

Os Países Baixos possuem mais de 4.150 empresas neste setor-chave e o segundo maior investimento privado em P&D na indústria agroalimentar na Europa. De fato, 12 das maiores empresas agroalimentares do mundo têm grandes base de produção e pesquisa nos Países Baixos, incluindo Cargill, Heinz, Monsanto, Unilever, Mead Johnson, ConAgra e Marte, entre outras.

- **Tecnologia da Informação**

Considerado um dos países mais conectados do mundo, 60% de todas as empresas listadas no Forbes 2000 ativas no setor de TI já estabeleceram operações na Holanda.

Os Países Baixos são também um hotspot para empresas ativas na indústria global de jogos, e abriga o maior cluster de segurança e um dos mercados mais avançados de data centers na Europa. Também possui instalações de P&D e infraestrutura logística.

- **Química**

Como um dos principais fornecedores de produtos e serviços químicos da Europa, os Países Baixos possuem mais de 400 empresas químicas de topo em toda a cadeia de suprimentos.

Os principais atores da indústria química mundial, como LyondellBasell, SABIC, Teijin e Dow, beneficiam-se do Porto de Roterdã, um dos mais fortes polos de refino e química do mundo.

- **Sistemas de Alta Tecnologia & Inovação**

Como sede europeia de grandes multinacionais como a Philips, Bosch, Boeing e ASML, a indústria de alta tecnologia dos Países Baixos está entre as mais inovadoras do mundo.

No centro da inovação holandesa de alta tecnologia estão parcerias público-privadas robustas e ecossistemas de P&D de ponta como o High Tech Campus Eindhoven.

- **Energia**

Energia Offshore: Estrategicamente localizada no Mar do Norte, os Países Baixos abrigam grandes empresas petrolíferas e multinacionais de engenharia marítima. O Porto de Roterdã - o maior da Europa - desempenha um papel importante, com um dos maiores clusters de refino e produtos químicos do mundo.

Energia Renovável: Há estímulo para a inovação energética e o uso corporativo de fontes de energia renováveis, principalmente eólica. Os centros de pesquisa mais destacados são o consórcio Top para o Conhecimento e Inovação Vento Offshore (TKI Wind op Zee), o Centro de Pesquisas Energéticas dos Países Baixos (ECN) e a Delft University of Technology - um dos principais especialistas mundiais em energia sustentável.

13. Outros temas correlatos

13.1. SISTEMA EDUCACIONAL HOLANDÊS

Nos Países Baixos existem escolas para o ensino básico, secundário, profissional, ensino especial, superior, internacional e para adultos.

a) Ensino básico

O ensino básico destina-se às crianças entre os 4 e os 12 anos. Nos Países Baixos não existem escolas para as crianças com menos de 4 anos. Para elas há centros de acolhimento e creches que, porém, não se encontram subordinadas ao Ministério da Educação e Ciências. A partir dos 4 anos a criança pode começar a frequentar a escola básica, se bem que essa frequência apenas seja obrigatória a partir dos 5 anos.

b) Ensino secundário

O ensino secundário é dividido em:

- Ensino secundário geral
- Ensino secundário preparatório
- Ensino profissional

Existem dois tipos de ensino secundário geral: um ciclo de quatro anos (designado pela abreviatura de m.a.v.o.), e um ciclo de cinco anos (h.a.v.o.). O ensino secundário preparatório (v.w.o.) divide-se igualmente em dois tipos: o liceu clássico (gymnasium) e o liceu moderno (atheneum), ambos com duração de seis anos. O ensino secundário preparatório educa os alunos para o prosseguimento de estudos superiores.

Por sua vez, o ensino profissional acha-se dividido em três tipos: o ensino profissional primário (l.b.o.), o ensino profissional secundário (m.b.o.) e o ensino profissional superior (h.b.o.). O número de disciplinas a que esse exame diz respeito varia conforme o tipo de ensino. O ciclo de ensino secundário geral de cinco anos permite a passagem para o ensino profissional superior e o ensino secundário preparatório dá acesso às universidades ou escolas superiores.

c) Ensino profissional

O ensino profissional nos Países Baixos compreende:

- Ensino agrícola
- Ensino econômico e administrativo
- Ensino técnico
- Ensino dos serviços e saúde
- Ensino doméstico
- Ensino de aptidão comercial
- Ensino náutico

Para a maioria desses tipos de ensino existe um nível básico, médio e superior. Há ainda um ensino profissional secundário encurtado (k.m.b.o.) e um sistema de aprendizagem para os alunos do ensino profissional básico, do ensino secundário de quatro anos, do ensino secundário profissional e para o pessoal de laboratório. Muitos estabelecimentos de ensino de v.w.o., h.a.v.o., m.a.v.o. e l.b.o. fundiram-

se nas chamadas comunidades escolares. Nessas comunidades existe uma direção única. Os primeiros anos de ensino nas comunidades escolares, os chamados anos-ponte, oferecem a todos os alunos um nível idêntico de ensino. Após esse período os alunos devem escolher uma orientação definitiva. Até alcançarem dezesseis anos o ensino é obrigatório para todos.

d) Ensino especial

O ensino especial destina-se às crianças portadoras de necessidades especiais. Esse ensino, que se divide em dois tipos: básico e complementar, destina-se a menores de 3 aos 21 anos.

Seu objetivo é prepará-las da maneira mais rápida possível para lhes permitir seguir cursos regulares do ensino básico e secundário.

e) Ensino superior

Nos Países Baixos são considerados como pertencendo ao ensino superior o ensino universitário e o ensino profissional superior. O ensino universitário é ministrado em oito universidades e cinco escolas superiores.

A universidade de Leiden, fundada em 1575, é a mais antiga das universidades holandesas. Nas universidades ou escolas profissionais superiores os cursos acham-se divididos em duas fases. A primeira fase tem uma duração de quatro anos, podendo ser realizada no máximo de seis anos. Essa primeira fase é concluída com um exame de licenciatura. A segunda fase é somente acessível a um número limitado de estudantes, os quais, durante ela, se preparam para alcançar o grau de doutor, ou realizam uma especialização. Somente são admitidos às universidades e escolas superiores os detentores de diplomas de v.w.o. ou de h.b.o.

f) Ensino internacional

Os Países Baixos possuem um certo número de instituições de ensino especialmente destinadas a diplomados estrangeiros. Nelas são ministrados cursos sobre disciplinas específicas, sendo utilizado o inglês com língua de instrução. Para a admissão à maioria dos cursos oferecidos pelo ensino internacional é necessária a posse de um grau universitário estrangeiro.

g) Ensino para adultos

Nos Países Baixos constata-se nos adultos, principalmente nas donas de casa, interesse crescente em seguir cursos anteriormente não acessíveis. Há várias possibilidades para a educação de adultos, entre as quais, a chamada escola “aberta” e a “universidade aberta”.

13.2. RECONHECIMENTO DE DIPLOMAS

A União Europeia disponibiliza através do <http://ec.europa.eu/growth/tools-databases/regprof/index.cfm> um banco de dados das profissões regulamentadas. Através desta plataforma é possível obter diferentes estatísticas e “links” úteis. O EP-Nuffic é o ponto focal de contato nos Países Baixos para a avaliação dos diplomas estrangeiros atribuídos ao ensino superior e ao ensino secundário. O EP-Nuffic emite cerca de 20.000 avaliações escritas a cada ano. A maioria das consultas vem de universidades holandesas de pesquisa e universidades de ciências aplicadas que precisam saber se um estudante estrangeiro está qualificado para um programa de estudo específico.

13.3. AVALIAÇÕES DE FORMAÇÃO ACADÊMICA ESTRANGEIRA

Os indivíduos com formação estrangeira que desejam entrar no mercado de trabalho holandês estão sujeitos ao sistema internacional de avaliação de credenciais (IDW). Este sistema de avaliação é gerido pela EP-Nuffic em conjunto com a Fundação para a Cooperação em Educação Profissional, Formação e Mercado de Trabalho (SBB). Os indivíduos podem solicitar uma avaliação de credenciais através do “website” da IDW em <https://www.idw.nl/apply-regular.html>

13.4. COMPARAÇÃO HOLANDESA DE DIPLOMAS BRASILEIROS

Técnico de Nível Médio / Diploma de Ensino Médio com Habilitação

- Comparação holandesa: MBO nível de qualificação 1 a 4 diploma (NLQF * 1-4 / EQF ** 1-4).
- Duração da escolaridade: 1 a 4 anos.
- Tipo de ensino: ensino secundário geral.
- Objetivo do diploma: conceder a admissão ao ensino superior, após a conclusão com êxito dos exames de admissão (Vestibular / ENEM).

Certificado de Conclusão de 2º Grau / Certificado de Conclusão de Ensino Médio

- Comparação holandesa: diploma HAVO (NLQF 4 / EQF 4).
- Duração da escolaridade: 3 anos.
- Tipo de ensino: ensino secundário geral.
- Objetivo do diploma: conceder a admissão ao ensino superior, após a conclusão com êxito dos exames de admissão (Vestibular / ENEM).

Tecnólogo

- Comparação holandesa: 1 ano HBO (NLQF 5 / EQF 5).
- Duração da escolaridade: 1 a 3 anos.
- Tipo de ensino: ensino profissional superior.
- Objetivo do diploma: conceder a admissão ao segundo ciclo do ensino superior profissional (Mestrado Profissional) ou a um curso de graduação universitário relacionado com certas isenções (Bacharel).

Bacharel

- Comparação holandesa: HBO ou WO bacharelado (NLQF 6 / EQF 6).
- Duração da escolaridade: 4-6 anos.
- Tipo de ensino: pode ser profissional, bem como orientado para a pesquisa, dependendo do tipo de estudo.
- Objetivo do diploma: admissão à universidade Mestrado.

Licenciado

- Comparação holandesa: HBO licenciatura em educação (ensino) (NLQF 6 / EQF 6).
- Duração da escolaridade: 4 a 6 anos.
- Tipo de ensino: ensino profissional superior.
- Objetivo do diploma: admissão à universidade Mestrado.

Mestre

- Comparação holandesa: Mestrado de WO (1 ano) (NLQF 7 / EQF 7).
- Duração da escolaridade: 1 a 2 anos.
- Tipo de ensino: ensino orientado para a investigação.
- Objetivo do diploma: conceder a admissão aos programas de doutoramento.

Mais informações podem ser obtidas em:

<https://www.epnuffic.nl/en/diploma-recognition/overviews-foreign-diplomas/overview-diplomas-brazil>

<http://www.studyin.nl/>

14. Endereços úteis

Ministério das Relações Exteriores

Departamento de Promoção Comercial e Investimentos (DPR)

Esplanada dos Ministérios, Bloco H, Anexo I, sala 534

CEP 70170-900 – Brasília – DF

Telefone(s) +55 (61) 2030-8794/8798

Página eletrônica: <http://www.itamaraty.gov.br/>

E-mail: dinv@itamaraty.gov.br

Embaixada do Brasil na Haia – Setor de Promoção Comercial (SECOM)

Mauritskade 19

2514 HD Haia

Telefone: +31 (0)70 302 39 59

Página eletrônica: <http://haia.itamaraty.gov.br/pt-br/>

E-mail: secom.haia@itamaraty.gov.br

Consulado Geral do Brasil em Roterdã

Groothandelsgebouw – Stationsplein 45 – Sexto andar, Sala 191
3013 AK Roterdã

Telefone: +31 (0)85 902 26 00 (das 15h00 às 17h00)

Página eletrônica: <http://roterda.itamaraty.gov.br/pt-br/>

E-mail: cq.roterda@itamaraty.gov.br

Apex-Brasil Europa

Avenue des Arts, 19 A/D,

B-1000, Bruxelas – Bélgica

Telefone: +32 (0)2 211 05 30

Página eletrônica: <http://www.apexbrasil.com.br>

E-mail: escritorio.europa@apexbrasil.com.br

Câmara de Comércio Brasileira nos Países Baixos (BRADUTCH)

Delflandlaan 1 - 8 andar

1062 EA Amsterdã

Telefone: +31 (0)20 223 26 86

Página eletrônica: <http://www.bradutch.com>

E-mail: info@bradutch.com

Câmara de Comércio (Kamer van Koophandel - KvK)

Telefone: 088 585 1 585

Página eletrônica: <https://www.kvk.nl>

Câmara de Comércio Holando-Brasileira (DUTCHAM)

Rua Marquês de Itu, 503 - 6 andar - cj. 62

CEP 01223-001 - São Paulo - SP

Telefone: +55 (0)11 3221 5899

Página eletrônica: <http://www.dutcham.com.br>

E-mail: info@dutcham.com.br

EP-Nuffic

P.O. Box 29777

2502 LT Haia

Telefone: +31 (0)70 426 02 60

Página eletrônica: <https://www.nuffic.nl/en>

Nuffic Neso Brasil

Ed. Torre do Pátio Brasil, Sala 1325/27 13° andar

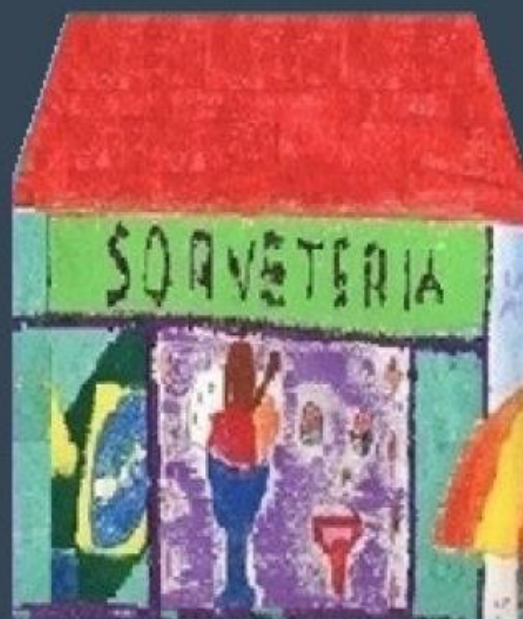
SCS Qd. 07 Bl. A nº 100 Asa Sul

C.P. 70 307-901 – Brasília - DF

Telefone: +55 (0)61 3041 6094

Página eletrônica: <https://www.nesobrazil.org>

Email: info@nesobrazil.org



MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES